



**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Sofia Isabel da Silva Ribeiro

**Comportamento delinquente em jovens com  
vitimação autorreportada e em registo oficial**



**Universidade do Minho**

Escola de Psicologia

Sofia Isabel da Silva Ribeiro

**Comportamento delinquente em jovens com  
vitimação autorreportada e em registo oficial**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Doutora Ângela Maia**

## DECLARAÇÃO

Nome: Sofia Isabel da Silva Ribeiro

Endereço eletrónico: silva.ribeiro.sofia@gmail.com Telefone: 916658576

Número do Bilhete de Identidade: 14172521

Título dissertação: Comportamento delinvente em jovens com vitimação autorreportada e em registo oficial

Orientador: Doutora Ângela Maia

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado: Mestrado Integrado em Psicologia

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 12 / 06 / 2015

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Introdução	6
Método	9
Participantes	9
Instrumentos	10
Procedimentos	12
Análise Estatística	13
Resultados	13
Discussão	16
Referências Bibliográficas	21

## Índice de Tabelas

Tabela 1	10
Tabela 2	14
Tabela 3	15
Tabela 4	16

## **Agradecimentos**

À Doutora Ângela Maia pelo apoio, compreensão e exigência terem acompanhado a orientação ao longo destes meses.

Ao Dr. Miguel Pereira pelo conhecimento e experiência partilhados.

Às CPCJ que contribuíram para a realização da recolha de dados e aos seus técnicos pela forma como me receberam e ajudaram.

À equipa de investigação pela troca de ideias, reflexão e aprendizagem que me proporcionaram.

À Ana Miranda e à Margarida Carvalho por todos os momentos de descoberta conjunta.

Aos meus pais por me permitirem errar, aprender e crescer saudavelmente, por serem o meu porto de abrigo e o meu porto de partida para a vida.

Ao Carlos Fernandes por me ter ouvido, por ter compreendido alguma ausências e por não ter compreendido outras e assim as tornar em presenças felizes.

À minha avó por ser um exemplo de vida e trabalho.

Aos meus padrinhos por acompanharem e contribuírem para o meu crescimento.

A toda a minha família pela sua presença e dedicação.

Aos amigos que a academia me deu, em especial à Adriana Gomes e Ariana Nascimento, pelos sorrisos e lágrimas em conjunto, pelas palavras certas na hora certa.

Aos meus amigos, em especial à Marisa, pelo seu carinho e presença em todos os momentos.

A todos os que de alguma forma contribuíram para o meu percurso

## Resumo

Experiências adversas na infância são um fator de risco para comportamentos delinquentes na idade adulta. A investigação tem questionado a metodologia de autorrelato e os estudos que comparam o autorrelato retrospectivo e a consulta de registos oficiais, destas experiências, têm apontado inconsistências, sugerindo a vitimação autorreportada como melhor preditor de problemas futuros. O objetivo deste estudo é averiguar qual o melhor preditor do comportamento delinquente, a vitimação autorrelatada ou a vitimação dos registos oficiais, numa amostra de 29 jovens adultos, identificados como maltratados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Os resultados mostram que as experiências adversas autorrelatadas predizem o comportamento delinquente ( $\beta = 0.392, p < .05$ ) explicando 15.2% da variância. Os dados do registo oficial sobre vitimação não predizem comportamento delinquente. As inconsistências vão no sentido de existir mais informação sobre experiências adversas nos registos do que autorrelatadas, o que levanta questões de ordem metodológica. Os resultados deste estudo apontam para um modelo de *stress* e trauma, considerando a continuidade e co-ocorrência de experiências potencialmente traumáticas, para explicar a associação entre experiências adversas na infância e a perpetuação de comportamentos delinquentes na idade adulta.

**Palavras-chave:** Adversidade na infância, autorrelato retrospectivo, registos oficiais, comportamento delinquente.

### **Abstract**

Adverse childhood experiences are a risk factor for delinquent behavior in adulthood. The literature has questioned self-report methodology. Studies that compare retrospective self-report and official documents have found no consistency, suggesting the self-report victimization as a better predictor of future problems. The aim of this study was to examine predictors of delinquent behavior, comparing two sources of victimization, official documents and self-report, among youths who were identified by Child Protective Services. The results show that self-report adversities predict the delinquent behavior ( $\beta = 0.392, p < .05$ ), accounting for 15.2% of the variance. The data from the official reports about victimization doesn't predict the delinquent behavior. Inconsistency tend towards the more information of adverse experiences in the official record than in the self-reported, which raises methodological issues. The results point to a model of stress and trauma, considering the continuity of co-occurrence of potential traumatic experiences to explain the association between adverse experiences in childhood and perpetration of delinquent behavior in adulthood.

**Key-words:** Childhood adversities, retrospective self-report, official records, delinquent behavior

## Introdução

Vários estudos têm demonstrado que experiências adversas na infância, como a vitimação (abuso físico, emocional, psicológico, sexual ou a negligência) são um fator de risco para comportamentos antissociais ou delinquentes na adolescência ou idade adulta (e.g.: Duke, Pettingell, McMorris, & Borowsky, 2010; Goodkind, Shook, Kim, Pohl, & Herring, 2013; Lansford et al., 2007; Park, Smith, & Ireland, 2012; Topitzes, Mersky, & Reynolds, 2011). Alguns estudos têm também avaliado o impacto de fatores do ambiente familiar (como a exposição a violência doméstica, abuso de substâncias ou comportamento criminal de familiares), uma vez que se torna impossível considerar cada experiência isolada do contexto onde ocorre (Edwards, Holden, Felitti, & Anda, 2003). No entanto, quando considerados tipos de abuso diretamente contra a criança, estes poderão ser um fator de maior risco para o desenvolvimento psicológico do que o contexto familiar (Pinto & Maia, 2014). Estes estudos têm sido realizados com amostras comunitárias (e.g.: Lansford et al., 2007) ou com sujeitos que foram acompanhados pelos serviços de proteção de menores (e.g.: Goodkind et al., 2013).

O problema metodológico quando se estuda o impacto das experiências de vitimação na infância é a da validade do relato, sendo que a maioria dos estudos usa os relatos retrospectivos. Nos casos em que houve identificação de maltrato na infância, é possível aceder a experiências de vitimação na infância através do autorrelato retrospectivo ou através da consulta dos processos oficiais dos serviços de proteção. Recentemente, estudos que utilizam as duas medidas (autorrelato retrospectivo e consulta de ficheiros oficiais) têm apontado inconsistências entre o que os participantes relatam terem experienciado na infância e o que consta nos ficheiros oficiais nos serviços de proteção de menores (Everson et al., 2008; Haapasalo & Moilanen, 2004; Pinto, Correia, & Maia, 2014; Pinto & Maia, 2013; Shaffer, Huston, & Egeland, 2008). As inconsistências podem dar-se em dois sentidos: ou os sujeitos reportam experiências que não constam nos ficheiros, ou não reportam as experiências que constam dos ficheiros oficiais. Everson *et al.* (2008) encontraram uma grande taxa de desacordo, resultante de experiências abusivas autorreportadas que não constavam nos ficheiros oficiais. Os participantes deste estudo reportaram 4 a 6 vezes mais experiências abusivas do que as que foram encontradas nos registos oficiais. Num estudo recente, Pinto e Maia (2013) indicam que apenas 17% dos participantes demonstraram consistência entre os seus relatos e as informações dos registos oficiais, sendo que, neste caso, a maioria das inconsistências surge porque um número considerável de adolescentes não reporta experiências que constam nos processos, o inverso do encontrado no estudo anterior. No

entanto, o mesmo estudo verificou que muitos dos jovens sinalizados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) reportam experiências que não constam nos ficheiros, o que mostra a complexidade da deteção de experiências adversas, mesmo quando os indivíduos são sinalizados.

Têm sido sugeridas algumas explicações para a existência destas discrepâncias. Everson *et al.* (2008) adiantam que alguns casos de abuso podem não ser acedidos pelo instrumento de autorrelato ou de o abuso ter ocorrido tão cedo na vida da criança que esta não tem memória da sua ocorrência. Nestes casos as experiências reportadas seriam menos do que as constantes nos registos oficiais. No sentido inverso, Pinto e Maia (2013) sugerem que os adolescentes podem ter concluído retrospectivamente que a sua experiência na infância foi abusiva, mas durante a intervenção da CPCJ, não estavam capazes de o ver dessa forma; o maltrato relatado ter acontecido depois do caso ser fechado pela CPCJ e neste caso estaríamos perante um problema no follow-up; ou o maltrato simplesmente não ter sido detetado pela CPCJ.

Existe uma tendência para que as experiências adversas que são menos suscetíveis de interpretação ou subjetividade, como é o caso do divórcio ou o comportamento criminal dos pais, sejam as que demonstram mais consistência entre os relatos e os ficheiros. Pelo contrário, categorias como o abuso psicológico, emocional ou negligência emocional, que dependem mais do julgamento das crianças ou dos profissionais de proteção, parecem apresentar mais inconsistências. No que concerne aos registos, o abuso físico parece ser o abuso mais registado, o que poderá ocorrer pela facilidade de deteção pelos profissionais, vizinhos ou professores (Pinto & Maia, 2013).

Perante estas inconsistências, alguns autores têm tentado perceber qual das duas medidas (autorrelato ou dados dos processos oficiais) está mais associada com problemas futuros. Raphael, Widom e Lange (2001), utilizando análises prospetivas baseadas na consulta de ficheiros oficiais, não encontraram relação entre o maltrato na infância em registo oficial e sintomas de dor em adulto, no entanto quando procuraram a mesma associação com maltrato autorreportado retrospectivamente encontraram uma associação significativa. O mesmo foi demonstrado no estudo de Widom, Weiler e Cottler (1999), no qual encontraram que autorrelatos de vitimação na infância aumentavam significativamente o risco de abuso de drogas, não existindo esta associação quando recorreram aos registos para avaliar a vitimação. Também Everson *et al.* (2008) demonstraram que o ajustamento psicológico estava mais fortemente associado com os autorrelatos do que com os processos oficiais.

Pinto e Maia (2014) analisaram a associação entre experiências adversas na infância e psicopatologia, comparando os dados autorreportados e os dados oficiais da CPCJ. Para isto

dividiram os participantes em três grupos, o grupo que reportou mais informação do que a constante nos ficheiros, o grupo que mostrou acordo nas duas fontes de informação e o grupo que reportou menos experiências adversas do que as constantes nos ficheiros. Os autores concluíram que os que relataram mais experiências adversas relatam mais psicopatologia, mas esta relação não é observada quando se consideram os registos oficiais. Pelo contrário o grupo que reporta menos adversidade do que as vividas também relatam menos sintomas de psicopatologia, enquanto os jovens que reportaram mais experiências adversas, reportaram significativamente mais psicopatologia do que os jovens que foram vítimas, mas não o reportaram. Os mesmos autores adiantam algumas explicações para estes dados. Os jovens que reportam menos experiências adversas podem ser mais resilientes, neste caso poderá ter ocorrido uma melhor identificação e intervenção por parte dos profissionais da CPCJ e consequentemente os efeitos psicológicos são menores nestes jovens; ou pode considerar-se que não reportar experiências adversas da infância represente uma estratégia de *coping* saudável. Poderá ainda existir uma falha na informação dos registos oficiais dos jovens que reportam mais, o que levou a uma intervenção menos informada por parte da CPCJ e como consequência este grupo apresenta mais psicopatologia. Uma outra explicação é que os níveis mais elevados de psicopatologia aumentam a probabilidade de interpretar a experiência passada de forma negativa e por isto podem reportar mais experiências adversas do que as registadas. No entanto, em relação a esta última hipótese, alguns estudos têm demonstrado que a estabilidade das medidas, autorreportadas retrospectivamente de adversidade na infância, não está relacionada com o estado de saúde no momento do relato (e.g. Pinto et al., 2014), embora um estudo longitudinal com estudantes universitários mostre que a probabilidade de recordar um acontecimento negativo anteriormente registado é maior quando o humor é negativo (Lalande & Bonanno, 2011).

Em suma, a vitimação na infância é um preditor de delinquência, mas a literatura, que sugere que a vitimação autorreportada é o melhor preditor de problemas futuros, incluindo psicopatologia, um fator de risco para a delinquência (e.g.: Bender, 2010), não tem considerado o valor preditivo dos autorrelatos quando comparados com os registos oficiais na predição de delinquência. Para colmatar esta limitação, o presente estudo pretende introduzir a variável *delinquência* no estudo da validade de métodos retrospectivos e prospetivos na avaliação da vitimação.

Este estudo tem como objetivo central caracterizar as experiências autorrelatadas de vitimação e de delinquência num grupo de jovens adultos identificados pela CPCJ como maltratados na infância e averiguar qual o melhor preditor de comportamento delinvente, a

vitimação autorrelatada ou a informação sobre vitimação dos registos oficiais. Pretende-se ainda averiguar se existe consistência entre a vitimação em registo oficial e a vitimação autorreportada; conhecer a relação dos diferentes tipos de abuso e ambiente familiar disfuncional com o comportamento delinvente; e conhecer as variáveis sociodemográficas associadas com o comportamento delinvente.

Considerando a literatura, espera-se que a vitimação autorrelatada seja um melhor preditor da delinquência, depois de controladas as variáveis sociodemográficas. Prevê-se a existência de algumas inconsistências entre os relatos de vitimação e os registos da mesma. Finalmente, espera-se que os rapazes tenham maiores níveis de comportamento delinvente, estando assim a variável sexo associada com o mesmo; e que a escolaridade esteja inversamente associada com o comportamento delinvente.

## **Método**

### *Participantes*

Neste estudo participaram um total de 29 jovens adultos entre os 18 e os 25 anos de idade ( $M = 19$  anos,  $DP = 1.69$ ; 12 do sexo masculino e 17 do sexo feminino), identificados quando menores pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens como maltratados. Os jovens adultos foram selecionados a partir de um total de 328 processos de promoção e proteção. Destes processos, 73 jovens adultos não foram contactados por ausência de contacto ou morada atualizada nos processos, por ausência no estrangeiro, morte, prisão ou deficiência, que não permitia a participação no estudo. Foram contactados 110 jovens adultos via telefónica, 142 por carta, e dois por contactos de conveniência, através do técnico gestor do processo, e foram avaliados 29. Quando os processos de promoção e proteção foram instaurados, os participantes tinham entre 7 e 17 anos ( $M = 13.24$  anos,  $DP = 2.49$ ). A partir de uma medida tomada pela CPCJ ou pela Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais, sete (24,1%) dos participantes viveram num Lar de acolhimento em média 2,51 anos ( $DP = 2,24$ ).

Os critérios de inclusão para este estudo foram ter sido acompanhado por uma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens no âmbito de um processo de promoção e proteção e ter entre 18 e 26 anos de idade.

Tabela 1

*Caraterísticas dos participantes*

Características	Frequências	
	n = 29	%
<b>Sexo</b>		
Feminino	17	58.6%
Masculino	12	41.4%
<b>Escolaridade</b>		
6º ano	7	24.1%
9º ano	16	55.2%
12º ano	5	17.2%
Licenciatura	1	3.4%
<b>Idade</b>		
18-20	25	86.2%
21-23	3	10.3%
24-26	1	3.4%
<b>Ocupação</b>		
Trabalha	8	27.6%
Estuda	13	44.8%
Trabalha e estuda	1	3.4%
Nem estuda nem trabalha	7	24.1%

*Instrumentos*

*Questionário sociodemográfico e comportamental* (Pereira & Maia, 2014). Este questionário foi usado para aceder a informação como a idade, sexo, estado civil, ocupação, escolaridade e local de residência do participante. Inclui informação sobre comportamentos delinquentes ao longo da vida e o número de comportamentos delinquentes nos últimos 12 meses (dano patrimonial, ameaça ou chantagem, violência contra familiares, homicídio, porte de arma ilegal, tráfico de droga, violação, agressão, violência na relação de intimidade, condução ilegal, roubo e furto). Foi calculado o Total de Comportamentos Delinquentes nos últimos 12 meses numa escala de “zero” (o sujeito relata não ter praticado, nos últimos 12 meses, qualquer um dos comportamentos delinquentes) a “12” (o sujeito relata ter praticado todos os comportamentos delinquentes nos últimos 12 meses, pelo menos uma vez). Foi ainda calculado o Total de Comportamentos Delinquentes Dicotomizado que varia de “zero” (nenhum comportamento delincente reportado relativamente aos últimos 12 meses) e “um” (pelo menos um comportamento delincente reportado relativamente aos últimos 12 meses).

*Questionário da História de Adversidade na Infância.* (Silva & Maia, 2008). Versão portuguesa do Family ACE Questionnaire (Felitti et al., 1998), que avalia a ocorrência de experiências adversas na infância, dividido em 10 dimensões, agrupadas em duas escalas: total de experiências de abuso e negligência (inclui as escalas de abuso emocional, abuso físico, abuso sexual, negligência emocional e negligência física); e ambiente familiar disfuncional (inclui as escalas de divórcio/separação dos pais, exposição a violência doméstica, abuso de substâncias na família, perturbação mental na família e prisão de um familiar). É composto por questões dicotômicas, de escolha múltipla e resposta breve, num total de 77 itens. Todas as dimensões foram reduzidas a uma pontuação dicotômica de “zero” (o sujeito não relata essa forma de adversidade) ou “um” (se a adversidade é relatada), tendo em conta a gravidade das experiências relatadas. No final, somando o valor de cada item, obtém-se um Índice Geral de Adversidade que pode variar de “zero” (o sujeito não pontua em nenhum dos itens) a 144 (o sujeito pontua o máximo em todos os itens). O Questionário da História de Adversidade na Infância foi validado através do estudo de consistência temporal por Dube, Williamson, Thompson, Felitti e Anda (2004) usando o coeficiente de kappa para cada uma das escalas dicotomizadas. O coeficiente de kappa para a escala de abuso emocional foi 0.66 (95% CI 0.55-0.76), para a escala de abuso físico foi 0.55 (95% CI 0.47-0.63) e para a de abuso sexual foi 0.69 (95% CI 0.61-0.77). Em relação às escalas do ambiente familiar, para a escala de abuso de substâncias o kappa foi 0.55 (95% CI 0.68-0.81), para a escala de perturbação mental foi 0.51 (95% CI 0.42-0.61), para a escala de exposição a violência doméstica foi 0.77 (95% CI 0.68-0.85), para a escala de prisão de um familiar foi 0.46 (95% CI 0.27-0.65) e para a escala de divórcio/separação foi 0.86 (95% CI 0.81-0.91). Os dados portugueses verificaram boa consistência temporal (Pinto et al., 2014).

*Grelha para recolha de informação dos processos.* Baseada no Questionário da História de Adversidade na Infância (Silva & Maia, 2008), versão portuguesa do Family ACE Questionnaire (Felitti et al., 1998), foi utilizada uma grelha com o objetivo de recolher a informação constante nos processos oficiais da CPCJ. Esta grelha permitiu recolher informação como a razão da sinalização, quem detetou os maus-tratos, que fatores de proteção existiam e o tipo, duração e objetivo da medida de proteção aplicada. Utilizando uma adaptação dos itens do ACE, permitiu aceder à informação sobre abuso físico, emocional e sexual; negligência emocional e física; divórcio ou separação dos pais; exposição a violência doméstica; abuso de substâncias no ambiente familiar; doença mental ou suicídio e prisão de um membro da família. Estas 10 dimensões foram agrupadas em duas escalas: total de

experiências de abuso e negligência no registo e ambiente familiar disfuncional no registo. Todas as dimensões foram reduzidas a uma pontuação dicotómica de “zero” (essa forma de adversidade não consta do registo) ou “um” (se a adversidade consta no registo), tendo em conta a gravidade das experiências relatadas. A grelha é composta por questões dicotómicas, num total de 29 itens, cujas opções de respostas são “ausente” (no caso de a informação não constar no registo) e “presente” (no caso da informação fazer parte do registo). Foi ainda calculado o Índice Geral de Adversidade nos Registos, através da soma de todos os itens, que pode variar de “zero” (nenhum item está presente no registo) a 29 (todos os itens estão presentes no registo).

### *Procedimento*

Este estudo teve a autorização da Comissão de Ética da Universidade do Minho e da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, para além de cada uma das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens envolvidas no estudo. Este estudo foi levado a cabo em CPCJ do norte de Portugal. Os participantes foram identificados por cada uma das CPCJ, como tendo no presente entre 18 e 26 anos. A diferença temporal entre o momento de instauração do processo e o momento de avaliação presente é em média 5,21 anos ( $DP = 2,55$ ). Para este cálculo, nos casos em que existiu reabertura do processo de promoção e protecção, foi utilizada a data de abertura do primeiro processo.

Os participantes identificados foram contactados via telefónica, por envio de cartas convidando a participar no estudo ou pelo gestor do processo de promoção e protecção. Todos os participantes preencheram uma declaração de consentimento informado que explica como se processa toda a investigação e pede autorização para o acesso aos registos oficiais da CPCJ. A confidencialidade foi em todos os casos assegurada, através da codificação de todos os nomes. O preenchimento dos questionários foi realizado na sede da CPCJ individualmente numa sala própria para atendimentos, calma e privada. Foram individualmente explicados os objetivos e retiradas dúvidas sempre que surgiram ao longo do preenchimento. A grelha de registo da informação constante nos processos foi apenas realizada no caso de o participante concordar e dar autorização expressa para o efeito. A recolha da informação dos processos foi feita através da leitura de todos os documentos constantes no mesmo, que inclui autos de declarações, relatórios de outras entidade e da própria CPCJ, relatórios dos serviços de saúde, das escolas ou das forças de segurança.

## *Análises Estatísticas*

Os dados foram analisados estatisticamente com o *software* de tratamento e análise estatística *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 22.0. A consistência entre os registros oficiais e os autorrelatos de vitimação foi avaliada através do Kappa de Cohen. Foi utilizada estatística descritiva para cálculo da prevalência das experiências adversas relatadas e em registo, a partir das escalas dicotomizadas, e dos comportamentos delinquentes. Correlações de Spearman foram utilizadas para conhecer associações entre o total das diferentes escalas do ACE autorrelato, o total nos registros oficiais e a idade e escolaridade com o total de comportamentos delinquentes nos últimos 12 meses.

Para comparar rapazes e raparigas em relação ao comportamento delincente foi utilizado o Teste de Mann-Whitney. Para examinar qual o melhor preditor da delinquência se a vitimação em registo oficial ou a vitimação autorreportada foi utilizada a regressão linear hierárquica. Foi também, realizada uma regressão linear hierárquica, com variável dependente o total de comportamento delincente nos últimos 12 meses, para cada escala do ACE que se mostrou significativa ou marginalmente correlacionada com o mesmo em análises univariadas. Atendendo ao número de sujeitos que compõe a amostra, foi considerado apenas colocar dois preditores nas análises de regressão.

## **Resultados**

A experiência documentada de modo mais prevalente nos registros oficiais foi a negligência emocional (72.4%,  $n=21$ ), mas apenas foi relatada por 31 % dos participantes ( $n=9$ ). Pelo contrário, o abuso sexual esteve presente nos registros de apenas um participante (3.5%), mas foi relatado por cinco participante (17.2%). Não foi encontrada consistência em todas as experiências adversas em qualquer dos participantes. Dois participantes (6.9%) não reportam qualquer tipo de experiência adversa. A prevalência das dez categorias de experiências adversas em registo oficial e autorrelatadas apresentam-se na Tabela 2. Os valores de Kappa indicam uma consistência razoável ( $Kappa < 0.4$ ) em sete das dez experiências adversas. Numa experiência, prisão familiar, a consistência é substancial ( $Kappa > 0.6$ ).

Tabela 2

*Prevalências das experiências adversas e os valores de Kappa quando comparados os autorrelatos e os registos oficiais*

	Registos		Autorrelato		Acordo		Kappa	p	95% CI
	n	%	n	%	n	%			
Abuso emocional	5	17.2	4	13.8	22	75.9	0,081		[-0.213, 0.521]
Abuso físico	5	17.2	4	13.8	22	75.9	0,081		[-0.213, 0.517]
Abuso Sexual	1	3.5	5	17.2	25	86.2	0,293	*	[0.000, 0.651]
Negligência física	15	51.7	2	6.9	12	41.4	-0,139		[-0.349, 0.000]
Negligência emocional	21	72.4	9	31.0	13	44.8	0,057		[-0.216, 0.322]
Perturbação mental família	11	37.9	10	34.5	22	75.9	0,478	*	[0.096, 0.776]
Abuso substâncias família	17	58.6	15	51.7	19	65.5	0,306	+	[-0.043, 0.654]
Exposição a Violência Doméstica	6	20.7	7	24.1	20	69.0	0,109		[-0.236, 0.512]
Divórcio /separação pais	13	44.8	10	34.5	22	75.9	0,501	**	[0.180, 0.789]
Prisão familiar	1	3.5	2	6.9	28	96.6	0,651	**	[0.000, 1.000]

Note. CI = intervalo de confiança.

\* $p < .05$ . \*\* $p < .01$ . +  $p < 0.1$ .

Em relação ao comportamento delincente, seis participantes (20.7%) relatam pelo menos um comportamento delincente nos últimos 12 meses, sendo a média 0.35 comportamentos delinquentes ( $DP = 0.57$ ,  $LL = 0$ ,  $UL = 4$ ). Dez participantes (34.5%) relatam pelo menos um comportamento delincente ao longo da vida. As prevalências dos comportamentos delinquentes autorrelatados (tabela 3) indicam a agressão (10.3 %,  $n=3$ ) como o comportamento delincente mais prevalente nos últimos 12 meses. Cinco comportamentos delinquentes não são relatados por qualquer participante: homicídio, tráfico de droga, violação, violência na intimidade, roubo.

O Índice Geral de Adversidade autorrelatado está marginalmente correlacionado com o Total de Comportamentos Delinquentes nos últimos 12 meses ( $r_s = 0.325$ ,  $p = 0.085$ ). O total da escala de disfunção familiar autorrelatada ( $r_s = 0.385$ ,  $p < .05$ ) está correlacionado com o comportamento delincente nos últimos 12 meses, mas não existe correlação significativa com o total da escala de abuso e negligência ( $r_s = 0.089$ ,  $p = 0.646$ ). Não se observa relação quando é utilizada o Índice Geral de Adversidade em registo oficial ( $r_s = -0.043$ ,  $p = 0.827$ ), o total da escala de disfunção familiar em registo oficial ( $r_s = 0.110$ ,  $p = 0.570$ ) e o total da escala de abuso e negligência em registo oficial ( $r_s = -0.065$ ,  $p = 0.736$ ) com o Total de Comportamentos Delinquentes nos últimos 12 meses.

Tabela 3

*Comportamentos delinquentes autorrelatados nos últimos 12 meses*

Comportamento delinquente	n	%
Dano patrimonial	1	3.4
Ameaça ou Chantagem	1	3.4
Violência contra familiares	1	3.4
Homicídio	0	0
Porte de arma ilegal	2	6.9
Tráfico de droga	0	0
Violação	0	0
Agressão	3	10.3
Violência na relação de intimidade	0	0
Condução Ilegal	1	3.4
Roubo	0	0
Furto	1	3.4

O total de comportamento delinquente nos últimos 12 meses está marginalmente correlacionado com o abuso físico autorrelatado ( $r_s = 0.316, p = 0.095$ ) e com o abuso emocional ( $r_s = 0.316, p = 0.095$ ) e está significativamente correlacionado com a exposição a violência doméstica autorrelatada ( $r_s = 0.590, p < .01$ ). Ter relatado pelo menos um comportamento delinquente está marginalmente correlacionado com o divórcio/separação dos pais (Teste de Fisher,  $p = 0.086$ ).

As variáveis sociodemográficas significativamente correlacionadas com o comportamento delinquente são a escolaridade ( $r_s = -0.517, p < .01$ ) e o sexo, sendo que 50% dos rapazes ( $n=6$ ) relatam pelo menos um comportamento delinquente e nenhuma rapariga relata qualquer um destes comportamentos ( $U = 51.00, p < .01$ ).

O total de experiências adversas autorrelatadas foi utilizado como preditor do comportamento delinquente, depois de controlado o sexo, dando origem a um modelo significativo que explica 15.2 % da variância do comportamento delinquente (Tabela 4). Foi ainda testado como preditor do comportamento delinquente, depois de controlado o sexo, o total de experiências adversas em registo oficial. Verificou-se que o contributo da vitimação segundo os dados oficiais não é significativo ( $\beta = 0.037, p = 0.830$ ).

Tabela 4

*Preditores do comportamento delinquente nos últimos 12 meses*

	Modelo 1			Modelo 2		
	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados
	B	Erro Padrão	Beta	B	Erro Padrão	Beta
Sexo	0.833	0.287	<b>0.488**</b>	0.886	0.263	<b>0.519**</b>
Índice de Adversidade autorrelatado				0.028	0.011	<b>0.392*</b>
R <sup>2</sup> ajustado		0.209			0.343	
F		<b>8.419**</b>			<b>8.320**</b>	
$\Delta R^2$					0.153	
$\Delta F$					<b>6.505*</b>	

Note. \* $p < .05$ . \*\* $p < .01$ .

Foram ainda testados como preditores do comportamento delinquente as escalas de vitimação com associação univariada com o mesmo. Controlando o sexo, o total de abuso físico ( $\beta = 0.514, p < .01$ ) explica 26.3% da variabilidade; a exposição a violência doméstica ( $\beta = 0.469, p < .01$ ) explica 20% da variabilidade e o abuso emocional ( $\beta = 0.487, p < .01$ ) explica 23.5% da variabilidade do comportamento delinquente.

Considerando o tamanho da amostra, numa regressão com dois preditores obtém-se um tamanho do efeito de 0.403 ( $F^2 = 0.15, p < .05$ ) (GPower 3.1.9.2).

### Discussão

Este estudo permite comparar duas fontes de informação sobre experiências adversas na infância, em jovens que foram identificados como vítimas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, e perceber qual das duas melhor prediz o comportamento delinquente na idade adulta. Torna-se pertinente investigar a população com estas características, uma vez que ao longo do ano de 2013 foram acompanhados em Portugal 71567 processos de promoção e proteção (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, 2014) e 1.855 jovens (entre os 16 e os 24 anos) foram identificados como tendo cometido atos delinquentes, em 2014 (Sistema de Segurança Interna, 2015).

A inconsistência entre autorrelato e registos oficiais é maior, tal como esperado, em experiências mais sujeitas à interpretação da criança e do técnico de proteção, como a negligência emocional e física. Além da subjetividade podemos considerar a negligência

como atos prejudiciais por omissão (Cummings & Berkowitz, 2014) e por isso, para uma criança, ser difícil de definir a sua experiência como negligência, não a recordando ou apenas a conceptualizando dessa forma enquanto adulto.

O abuso de substâncias na família ou a perturbação mental de um familiar são experiências mais prevalentes nos registos do que nos autorrelatos. Poderá dar-se o caso de que em criança não tenham tido a perceção da ocorrência deste tipo de experiências. Além disto, estas experiências são mais facilmente detetadas pelos técnicos do sistema de proteção e são passíveis de ser comprovadas.

Ao contrário do esperado, o divórcio ou separação dos pais é pouco consistente entre os autorrelatos e os registos, embora seja facilmente definido e com pouca ou nenhuma subjetividade inerente. Esta inconsistência poderá estar associada ao momento em que a separação ou o divórcio ocorreu e por isso difícil de enquadrar como tendo ocorrido ou não na infância, ou seja, os limites do que é considerado infância poderão estar em causa; ou pode ter ocorrido depois da intervenção das CPCJ.

Os resultados mostram uma maior prevalência do abuso sexual autorreportado do que em registo oficial. Este resultado mostra a complexidade inerente a detetar diferentes experiências adversas, apesar da existência de uma identificação da criança por parte dos serviços de proteção. Esta limitação já tinha sido apontada por Pinto & Maia (2013), e mostra o quanto os registos oficiais não podem ser reconhecidos como um critério de validade dos autorrelatos uma vez que várias experiências não são identificadas. O abuso sexual é um tipo específico de abuso que envolve, muitas vezes, dinâmicas de segredo por parte do agressor, o que faz com que a vítima não o verbalize, nem procure ajuda. Dificuldades na descoberta deste tipo de abuso são bastante frequentes, sendo que maioria dos adultos com história de abuso sexual admite nunca ter contado a ninguém durante a infância a existência de abuso (London, Bruck, Ceci, & Shuman, 2005). O relato, neste estudo, pode ter surgido, uma vez que foi questionado diretamente e num ambiente de uma instituição de confiança e da qual já teria existido intervenção, fatores que segundo Silva e Maia (2013) facilitam o relato de experiências de abuso sexual.

As inconsistências encontradas neste estudo vão no sentido de existir mais informação sobre experiências adversas nos registos do que autorrelatadas. As falhas no autorrelato podem ocorrer porque memórias de eventos potencialmente traumáticos são alvo de esquecimento ou reconstrução, a distância temporal existente entre o momento do abuso e o momento do autorrelato é elevada e prejudica a memória e pela existência de fatores contextuais associados ao abuso que podem influenciar o esquecimento (idade da criança na

altura do abuso, cronicidade do abuso e a relação com o perpetrador) (Fergusson, Horwood, & Woodward, 2000).

Por outro lado as falhas nos registos, podem dever-se a diversos fatores já indicados em outros estudos, como as crianças terem percebido experiências de maltrato como sendo uma forma de disciplina ou normais (e.g.: Pinto & Maia, 2013), os técnicos falharem em as identificar, ou terem ocorrido depois de terminada a intervenção das CPCJ.

Tem sido apontado que estudos que utilizam dados meramente de autorrelato retrospectivo podem subestimar a prevalência de abuso na infância (Hardt & Rutter, 2004), por isto é importante a conjugação de dois métodos de recolha de dados, e assim a comparação de autorrelatos com registos oficiais, que embora não possam ser utilizados para testar a validade das experiências, uma vez que se resumem a uma pequena parte da infância da criança, podem ser utilizados como forma de testar a consistência das experiências autorrelatadas.

As adversidades relacionadas com o ambiente familiar mostraram estar significativamente associadas com o comportamento delincente e esta associação não é encontrada quando são consideradas as experiências de abuso e negligência, o que demonstra a importância de se considerar que diferentes fatores familiares por si só aumentam o risco de desenvolvimento de problemas futuros, ao contrário do encontrado por outros autores (Pinto & Maia, 2014).

O comportamento delincente foi relatado apenas por rapazes o que é coincidente com a literatura de que os rapazes perpetraram mais comportamento delincente do que as raparigas (Braga & Gonçalves, 2013). Assim como uma escolaridade mais baixa está associada com mais comportamento delincente.

Os resultados mostram que as experiências adversas autorrelatadas predizem o comportamento delincente e explicam uma grande percentagem da sua variância. As experiências adversas em registo oficial não predizem o comportamento delincente. Estes resultados estão de acordo com o encontrado por outros autores, em que as experiências da infância autorrelatadas estão associadas com problemas na idade adulta, como dor, ajustamento psicológico, consumo de drogas ou psicopatologia, e a mesma relação não é encontrada quando utilizam dados de registos oficiais (Everson et al., 2008; Pinto & Maia, 2014; Raphael et al., 2001; Widom, Weiler, & Cottler, 1999). Eventualmente, formas de vitimação que não foram detetadas mas ocorreram não foram alvo de intervenção, o que contribuiu para maior risco destas vítimas.

Apesar da conjugação dos diferentes tipos de abuso ou negligência e do ambiente familiar em que eles ocorrem terem demonstrado prever o comportamento delincente, também o abuso físico, o abuso emocional e a exposição a violência doméstica, de forma independente,

predizem o comportamento delincente. Podemos considerar, segundo a perspectiva do ciclo de violência, que estas experiências de violência física poderão estar a produzir nas vítimas a imagem de que esses comportamentos são aceitáveis e efetivos, adotando-os (Ben-David, Jonson-Reid, Drake, & Kohl, 2015). Note-se, no entanto, a impossibilidade de considerar determinadas experiências isoladamente e focar apenas em um tipo de experiência adversa na infância é reducionista e não considera a ocorrência em simultâneo de diferentes formas de abuso, nem as dinâmicas familiares (Edwards et al., 2003). E por isto, tem sido mais aceite um modelo de *stress* e trauma para explicar a associação entre experiências adversas na infância e a perpetuação de comportamentos delinquentes na idade adulta. Considera-se que não existe uma aprendizagem de comportamento, mas é a continuidade e coocorrência de experiências potencialmente traumáticas, como o maltrato, que aumentam o risco da existência de comportamentos delinquentes ou agressivos (Ben-David et al., 2015). A presente investigação, parece apontar mais no sentido deste modelo de *stress* e trauma, uma vez que demonstra uma associação entre a disfunção familiar e o comportamento delincente.

A prevalência de comportamentos delinquentes nos últimos 12 meses é bastante baixa, com apenas seis participantes a relatarem pelo menos um comportamento delincente. No entanto, o questionário usado para aceder a este comportamento, tem características que estão associadas a maiores prevalências (Enzmann, 2013). É importante ter em conta que a escolha do relato destes comportamentos como tendo ocorrido nos últimos 12 meses prendeu-se com fatores de memória e da idade em que estes podem ter sido cometidos, no entanto, esta escolha levou a uma prevalência mais baixa. Para uma melhor análise desta prevalência seria importante a existência de um grupo de controlo comunitário de forma a comparar os níveis de comportamento delincente. No entanto um estudo realizado simultaneamente no mesmo grupo de investigação, utilizando os mesmos instrumentos, encontrou 53% de 106 jovens adultos a reportar pelo menos um comportamento delincente (Miranda & Maia, 2015). Ainda, um estudo realizado em Portugal com 676 jovens adultos da comunidade, com idade média de 19.78 anos, a maioria (65.5%) relatou a prática de pelo menos um comportamento delincente nos 12 meses anteriores à realização do estudo (Braga & Gonçalves, 2013), o que mostra a possível subestima da prevalência do comportamento delincente no presente estudo.

Perante estes dados, e apesar da existência de inconsistências entre o que é autorrelatado e os registos oficiais, parece contar mais para o comportamento delincente aquilo que os jovens adultos relatam ter sido a sua experiência do que o que foi alvo de registo, estando de acordo com o que tem sido verificado em outras investigações. Isto poderá trazer algumas

implicações para a prática na medida em que as adversidades não identificadas não são alvo de intervenção, não contribuindo para proteger a criança.

Tendo em conta o elevado número de processos a que se teve acesso e o reduzido número de participantes no estudo, a amostra deste estudo poderá representar uma parte da população com processo de promoção e proteção com menos problemáticas na infância e também menos comportamentos delinquentes na idade adulta.

Este estudo, exploratório, tem algumas limitações, como o tamanho da amostra, uma vez que para obter um tamanho de efeito moderado ( $F^2 = 0.15$ ,  $p < .05$ ,  $power = 0.8$ ) (GPower 3.1.9.2) numa regressão com dois preditores seria necessário um mínimo de 68 participantes. O instrumento de avaliação dos registos apenas permite avaliar os diferentes tipos de abuso quando à sua ausência ou presença no registo, não considerando aspetos como a severidade ou continuidade de tais experiências. Uma outra limitação do presente estudo é o facto de avaliar apenas 12 tipos de comportamentos delinquentes, não abrangendo outros que sendo menos graves poderão ser mais prevalentes e mais facilmente encontrados através do autorrelato. Além disto a avaliação do comportamento delincente é realizada através de um instrumento não validado. O facto de fazerem parte desta amostra apenas participantes que foram acompanhados no âmbito de um processo de promoção e proteção poderá dificultar a generalização dos resultados. O sistema de promoção e proteção tal como definido pela lei portuguesa apenas foi implementado em 1998, tendo o presente estudo analisado registos entre 2002 e 2014, correspondem aos primeiros anos do funcionamento das comissões de proteção de crianças e jovens, o que poderá representar um tempo mais suscetível a erros e dificuldades.

O presente estudo foi realizado em três CPCJ diferentes o que se tornou importante para se poderem ter acesso a diferentes práticas, no entanto, em estudos futuros poderá ser importante aumentar este número, permitindo diminuir o efeito que a forma como a informação é registada poderá ter nas percentagens de consistência. Em investigações futuras será importante ter uma maior amostra e poderão ser retirados dados mais completos dos processos de promoção e proteção, como a existência de intervenção na família e de que tipo. Esta informação poderá permitir uma avaliação até da forma como os processos são acompanhados e intervencionados e levar a melhoras futuras, através do conhecimento de como a intervenção poderá estar a prevenir consequências mais graves na vida adulta de experiências adversas na infância.

## Referências Bibliográficas

- Ben-David, V., Jonson-Reid, M., Drake, B., & Kohl, P. L. (2015). The association between childhood maltreatment experiences and the onset of maltreatment perpetration in young adulthood controlling for proximal and distal risk factors. *Child Abuse & Neglect*, 1–10. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.01.013>
- Bender, K. (2010). Why do some maltreated youth become juvenile offenders?: A call for further investigation and adaptation of youth services. *Children and Youth Services Review*, 32(3), 466–473.
- Braga, T., & Gonçalves, R. A. (2013). Delinquência juvenil : Da caracterização à intervenção Juvenile delinquency : From characterization to intervention. *Journal of Child and Adolescent Psychology*, 4(1), 95–116.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. (2014). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2013*.
- Cummings, M., & Berkowitz, S. J. (2014). Evaluation and treatment of childhood physical abuse and neglect: A review. *Current Psychiatry Reports*, 16. <http://doi.org/10.1007/s11920-013-0429-5>
- Dube, S. R., Williamson, D. F., Thompson, T., Felitti, V. J., & Anda, R. F. (2004). Assessing the reliability of retrospective reports of adverse childhood experiences among adult HMO members attending a primary care clinic. *Child Abuse and Neglect*, 28(7), 729–737. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2003.08.009>
- Duke, N. N., Pettingell, S. L., McMorris, B. J., & Borowsky, I. W. (2010). Adolescent violence perpetration: associations with multiple types of adverse childhood experiences. *Pediatrics*, 125(4), e778–e786. <http://doi.org/10.1542/peds.2009-0597>
- Edwards, V. J., Holden, G. W., Felitti, V. J., & Anda, R. F. (2003). Relationship between multiple forms of childhood maltreatment and adult mental health in community ... *The American Journal of Psychiatry*, 160,8(11), 1453. <http://doi.org/10.1176/appi.ajp.160.8.1453>
- Enzmann, D. (2013). The Impact of Questionnaire Design on Prevalence and Incidence Rates of Self-Reported Delinquency: Results of an Experiment Modifying the ISRD-2 Questionnaire. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 29(1), 147–177. <http://doi.org/10.1177/1043986212470890>
- Everson, M. D., Smith, J. B., Hussey, J. M., English, D., Litrownik, A. J., Dubowitz, H., ... Runyan, D. K. (2008). Concordance between adolescent reports of childhood abuse and Child Protective Service determinations in an at-risk sample of young adolescents. *Child Maltreatment*, 13(1), 14–26. <http://doi.org/10.1177/1077559507307837>
- Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., ... Marks, J. S. (1998). Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The adverse childhood experiences (ACE) study.

- American Journal of Preventive Medicine*, 14(4), 245–258.  
[http://doi.org/10.1016/S0749-3797\(98\)00017-8](http://doi.org/10.1016/S0749-3797(98)00017-8)
- Fergusson, D. M. ., Horwood, L. J. ., & Woodward, L. J. (2000). The stability of child abuse reports: a longitudinal study of the reporting behaviour of young adults. *Psychological Medicine*, 30(3), 529–544.
- Goodkind, S., Shook, J. J., Kim, K. H., Pohlig, R. T., & Herring, D. J. (2013). From Child Welfare to Juvenile Justice: Race, Gender, and System Experiences. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 11(3), 249–272. <http://doi.org/10.1177/1541204012463409>
- Haapasalo, J., & Moilanen, J. (2004). Official and Self-Reported Childhood Abuse and Adult Crime of Young Offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 31(2), 127–149.  
<http://doi.org/10.1177/0093854803261328>
- Hardt, J., & Rutter, M. (2004). Validity of adult retrospective reports of adverse childhood experiences: Review of the evidence. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 45(2), 260–273. <http://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2004.00218.x>
- Lalande, K. M., & Bonanno, G. A. (2011). Retrospective memory bias for the frequency of potentially traumatic events: A prospective study. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*.
- Lansford, J. E., Miller-Johnson, S., Berlin, L. J., Dodge, K. a, Bates, J. E., & Pettit, G. S. (2007). Early physical abuse and later violent delinquency: a prospective longitudinal study. *Child Maltreatment*, 12(3), 233–245. <http://doi.org/10.1177/1077559507301841>
- London, K., Bruck, M., Ceci, S. J., & Shuman, D. W. (2005). Disclosure of Child Sexual Abuse: What Does the Research Tell Us About the Ways That Children Tell? *Psychology, Public Policy, and Law*, 11(1), 194–226. <http://doi.org/10.1037/1076-8971.11.1.194>
- Park, A., Smith, C., & Ireland, T. (2012). Equivalent harm? The relative roles of maltreatment and exposure to intimate partner violence in antisocial outcomes for young adults. *Children and Youth Services Review*, 34(5), 962–972.  
<http://doi.org/10.1016/j.childyouth.2012.01.029>
- Pinto, R., Correia, L., & Maia, Â. (2014). Assessing the Reliability of Retrospective Reports of Adverse Childhood Experiences among Adolescents with Documented Childhood Maltreatment. *Journal of Family Violence*, 29(4), 431–438.  
<http://doi.org/10.1007/s10896-014-9602-9>
- Pinto, R. J., & Maia, Â. C. (2013). A comparison study between official records and self-reports of childhood adversity. *Child Abuse Review*, 22(5), 354–366.
- Pinto, R. J., & Maia, Â. C. (2014). Psychopathology among youths who were victims of documented childhood maltreatment. *Child and Adolescent Mental Health*, 19(2), 122–130. <http://doi.org/10.1111/camh.12020>

- Raphael, K. G., Widom, C. S., & Lange, G. (2001). Childhood victimization and pain in adulthood: A prospective investigation. *Pain*, 92(1-2), 283–293. [http://doi.org/10.1016/S0304-3959\(01\)00270-6](http://doi.org/10.1016/S0304-3959(01)00270-6)
- Shaffer, A., Huston, L., & Egeland, B. (2008). Identification of child maltreatment using prospective and self-report methodologies: A comparison of maltreatment incidence and relation to later psychopathology. *Child Abuse and Neglect*, 32(7), 682–692. <http://doi.org/10.1016/j.chiabu.2007.09.010>
- Silva, S., & Maia, A. (2013). The stability of self-reported adverse experiences in childhood: a longitudinal study on obesity. *Journal of Interpersonal Violence*, 28(10), 1989–2004. <http://doi.org/10.1177/0886260512471077>
- Silva, S., & Maia, Â. (2008). Versão Portuguesa do Family ACE Questionnaire ( Questionário da História de Adversidade na Infância ).
- Sistema de Segurança Interna. (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna 2014*.
- Topitzes, J., Mersky, J. P., & Reynolds, a. J. (2011). Child Maltreatment and Offending Behavior: Gender-Specific Effects and Pathways. *Criminal Justice and Behavior*, 38(5), 492–510. <http://doi.org/10.1177/0093854811398578>
- Widom, C. S., Weiler, B. L., & Cottler, L. B. (1999). Childhood Victimization and Drug Abuse: A Comparison of Prospective and Retrospective Findings. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 67(6), 867–880.